



Anais da Assembléia

Nº 109

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 1º DE SETEMBRO DE 1977

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 164.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 1.º DE SETEMBRO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Renato Bernardi e Ernesto Gnoato.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 211/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem N.º 49/77, ex-Proposição N.º 194/77 — aprova convênio e respectivos termos Aditivos celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Supletivo e o Estado do Paraná, através de sua Secretaria competente, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.—

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Requeiro a verificação de “quorum” através de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência atende. O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de “quorum”

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam a chamada, 54 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) 2.ª DISCUSSÃO do Projeto de Resolução N.º 211/77.— Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 2, às 9,30 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 211/77.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 165.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1.º DE SETEMBRO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Renato Bernardi e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Wilson Fortes, Jayme Rodrigues Carvalho, Hélio Manfrinato, Werner Wanderer, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem este requerimento, na melhor forma regimental, tendo em vista o espírito que norteou os parâmetros em que foi balizado o regimento do Campeonato Nacional de Clubes, visando a efetiva integração nacional, além do aprimoramento técnico do esporte, base da maior manifestação de massa de nosso país e considerando que o Norte Novo do Paraná, tem em Maringá o seu grande polo regional, centralizando e congregando uma população de 3 milhões de habitantes, constituindo-se em real destaque no cenário esportivo, além de promessas efetivas dessa participação

já para este ano, requerem seja enviado um telex ao Senhor Almirante Heleno Nunes, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), com cópias para o Senhor Presidente da Federação Paranaense de Futebol, manifestando total apoio da Casa a este "desideratum"

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1977.

(aa) Jorge Sato, Antônio Facci,
Gabriel Sampaio, Valter Pietrângelo e
Renato Bernardi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Gal. ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública; ao Ilmo. Sr. Dr. LUIZ GONZAGA DA MOTTA RIBEIRO, DD. Presidente da Federação Paranaense de Futebol e ao Ilmo. Sr. Presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná, sugerindo seja promovida com urgência campanha preventiva contra o mau uso de fogos de artifícios nos Estádios de Futebol, principalmente neste torneio quadrangular decisivo de campeonato, que está levando numeroso público aos campos de futebol, objetivando oferecer maior segurança a esses torcedores, bem como preservar a integridade física de todas as classes de profissionais que se expõem tal perigo.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1977.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA ;

Novamente surge o problema relacionado com fogos de artifício nos campos de futebol.

Ainda ontem, vários cronistas esportivos queixavam-se dos perigos a que estavam expostos.

Enquanto isso, a televisão nos mostrava, direto de São Paulo, a explosão de um rojão a poucos centímetros de um jogador, quase transformando o espetáculo em tragédia.

Sabemos que, não raro, o torcedor tem apenas a salutar intenção de saudar seu clube ou demonstrar contentamento.

Por outro lado, não podemos esquecer que o futebol gera paixões incontroláveis, haja visto os fatos registrados recentemente em Maringá.

Muitos torcedores ainda têm gravado na memória uma das cenas mais deprimentes acontecidas num campo de futebol, quando no antigo estádio "Belfort Duarte", crianças que desfilavam envergando orgulhosamente, e inocentemente, com seus jovens espíritos esportivos, a jaqueta de seu clube, foram BOMBARDEADAS criminosamente por elementos que portavam fogos de artifícios e os usaram como armas, gerando pânico entre os garotos e a revolta de todos os demais presentes, independentemente de cores clubísticas.

E, aqui, não se pode dizer que os foguetes são "um mal necessário", frase muito usada para justificar erros injustificáveis.

Fora dos campos de futebol, o acidente sofrido recentemente por uma autoridade do vizinho Estado do Rio Grande do Sul, por um "rojão bajulador", vem demonstrar perfeitamente que os fogos de artifícios ferem até mesmo aqueles que estariam sendo alvos de homenagens.

É justo que o torcedor faça explodir a sua alegria, mas, os tempos em que seu contentamento podia ser expressado através de foguetórios resultante de baterias, cuidadosamente armadas nos fundos das arquibancadas do "Belfort Duarte" ou "Joaquim Américo", já passaram.

Hoje, os campos de futebol estão cercados de casas e recebem multidões, que não permitem o perigoso espoucar dos rojões.

Essas, as razões de nosso apelo à Secretaria de Segurança Pública, Federação Paranaense de Futebol e Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná, que se estende a todos os torcedores do Paraná, visando a segurança de quem comparece aos estádios, quer para trabalhar, quer em busca de lazer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria das Finanças, solicitando as medidas necessárias para a construção da sede própria da Agência de Rendas da Cidade de Iporã, em imóvel já destinado pela Prefeitura Municipal, tendo em vista serem as atuais dependências — alugadas, impróprias ao normal desempenho das importantes atividades fiscais.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1.977.

(a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer ouvido o Plenário, seja encaminhado aos Senhores Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsem, Presidente do Banco do Brasil, Karlos Richibietter e José Ribamar Melo, Diretor do Crédito Rural do Banco Central do Brasil, expediente de apelo manifestando o empenho desta Casa na solução de problemas da agricultura paranaense, descritos pela Cooperativa Agropecuária Morãoense Ltda (COAMO), como abaixo justificamos.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1.977.

(a) Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

A Coamo como um órgão de apoio ao desenvolvimento de nossa agricultura, bem como de defesa dos interesses de nossos agricultores, pedimos licença para expor um problema que vem afetando os mutuários com referência ao pagamento de juros sobre a parcela de responsabilidade do Proagro em casos de sinistros em suas lavouras.

São clamores que nos chegam ao conhecimento através de nossos associados, e que através deste desejamos fazer chegar até Vossa Senhoria, na certeza de que de certa forma estaremos colaborando para a adequação do Proagro à realidade da agricultura.

Segundo informações prestadas pelos agentes financeiros o Banco Central tem dado orientação para que se cobre dos mutuários os juros sobre o total do saldo devedor verificando após a entrega da parcela colhida.

Para exemplificar, supomos que o mutuário haja contraído um financiamento na ordem de Cr\$ 400.000,00 para custeio de trigo, cujo vencimento da cédula tenha sido 15.01.77.

Ocorre o sinistro (geada, por exemplo) em 10.09.76, acionando-se o Proagro imediatamente.

Em 30.09.76 o mutuário recolhe ao Proagro a importância correspondente ao produto colhido, supomos num valor de Cr\$ 300.000,00, restando, pois um saldo devedor de Cr\$ 100.000,00.

Desse saldo devedor de cem mil cruzeiros o Proagro cobrirá 80 por cento Cr\$ (80.000,00), ficando a cargo do mutuário os restantes 20 por cento (Cr\$ 20.000,00).

Não é justo, que o mutuário venha a arcar com os juros sobre uma parcela do saldo devedor que não é de sua responsabilidade, que no exemplo acima seria sobre os Cr\$ 80.000,00, principalmente se levarmos em conta que existem casos pendente ainda de 1.975, e quase totalidade de 1.976.

Como deve ser do conhecimento de todos, os motivos que ocasionaram a demora no acerto independem da ação

do mutuário, tendo em vista que os mesmos são gerados pelo grande volume de serviços nos agentes financeiros e até mesmo pelo grande volume de serviços na Acarpa (serviço da extensão rural), que às vezes não tem condições de elaborar o processo do sinistro dentro de um prazo razoável.

Em face disso o mutuário não pode arcar com essas consequências, principalmente se levarmos em consideração que todos encaminharam seus processos quase ao mesmo tempo, e aquele que teve seu processo analisado primeiro ficou em situação mais privilegiada.

Desta forma, seria de justiça que o mutuário arcasse com os juros apenas sobre os 20 por cento de sua responsabilidade, ou, na pior das hipóteses, sobre os 100 por cento do saldo devedor (Cr\$ 100.000,00 — no exemplo acima) somente até o vencimento da cédula, daí em diante somente sobre os 20 por cento; haja visto que existem casos, como já dissemos, da safra de 75/76.

Por outro lado, achamos justo que quando a demora da definição sobre a indenização do Proagro for por culpa exclusiva do mutuário, ou quando ele, por qualquer motivo, perde o direito aos benefícios do Programa, os juros sejam cobrados sobre 100 por cento do saldo devedor (Cr\$ 100.000,00, no exemplo acima).

Esperamos, desta forma, que o Banco Central do Brasil faça um reexame da situação ora apresentada, e adote novas medidas a fim de não onerar os mutuários com a cobrança de juros sobre uma parcela que, “data vênia”, não é de sua responsabilidade e que tão pouco concorreu para com o atraso de sua liquidação.

Diante do exposto, esperamos que seja reconhecido com urgência o direito do mutuário, de não pagar juros de uma parcela que não é de sua responsabilidade, fazendo-se assim um ato de verdadeira justiça.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei Número 119/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada “ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL O BRASIL PARA CRISTO”, com sede e foro na cidade de Paranaguá neste Estado.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1977.

(a) Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 3 de março de 1974, na cidade de Paranaguá, a “ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL O BRASIL PARA CRISTO”, vem prestando relevantes serviços em prol dos necessitados, além de fornecer meios para subsistência pessoal, tem contribuído com a formação cultural de muitos através de cursos que patrocina.

A declaração de utilidade pública se constitui, portanto, no reconhecimento ao desinteressado trabalho que realiza.

Assim, esperamos contar com o imprescindível apoio dos eminentes Deputados para a transformação do presente projeto em lei.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Nos termos da Resolução 23/69, para falarem sobre a Independência do Brasil, na Semana da Pátria que hoje se inicia, a Presidência tem indicados pelas lideranças do MDB e ARENA, inscritos os Srs. Deputados Enéas Faria e Basílio Zanusso.

A Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, vice-líder da Arena, que falará em nome da bancada da Aliança Renovadora Nacional.

(Lendo): “Enquanto a imprensa notícia e retrata um mundo mergulhado numa torrente de discórdias, onde naufragam os mais santos princípios inerentes aos Direitos Humanos, o Brasil, feliz e iluminado, orgulhoso, soberano e tranqüilo, abre os festejos alusivos ao aniversário da sua independência.

Recebo dos meus nobres pares nesta augusta Assembléia paranaense, a honrosa incumbência de fazer a saudação à Pátria, e o desempenho deste encargo reclama de mim, antes de mais nada, humildade, recolhimento e meditação, porque somente através do exame íntimo e silencioso das faculdades da alma, se poderá definir o civismo, essa força criadora, nascida na prática das virtudes, da atuação contínua, consciente e esclarecida do cidadão no seio da comunidade.

Consciência avivada por esse sentido miraculoso, podemos agora, homens de responsabilidade na conduta do povo que representamos, tentar o esboço de uma análise do panorama histórico do 7 de setembro frente aos nossos dias.

O grito da independência do Brasil não foi o resultado de um arroubo juvenil do Príncipe D. Pedro às margens do Ipiranga; não foi o desfecho épico de uma história corajosa envolta em névoas romanescas, tão ao sabor da índole poética dos nossos antepassados.

Não foi uma improvisação, um acontecimento ocasional decorrente da explosão de um temperamento impetuoso.

Foi, isso sim, o desfecho de uma mentalidade longamente preparada e sofrida nos embates conscientes e premeditados contra a dominação e o arbítrio.

Basta que lembremos em planos de inspiração longínquos e sucessivos, em lances de martírio, as figuras de Felipe dos Santos, Manoel Bechmann, Tiradentes e seus companheiros de ideais.

Consciência é ação. Ação é verdade. E essa verdade traduz 155 anos de independência, esforço e trabalho de diversas gerações, patriotismo de uma legião de brasileiros.

Verdade da hora presente, de fé inquebrantável na alta destinação desta terra, onde povo e governo trabalham integrados, num reconhecimento mútuo de valores, numa apreciação justa e recíproca das tarefas desempenhadas, num louvor benfazejo de humana gratidão aos patriotas, aos estadistas, aos líderes que labutam incessantemente para proporcionar alegria e conforto à nossa sagrada liberdade.

Atentemos um instante para a significação dessa soberba caminhada conjunta hoje incorporada à programação da Semana da Pátria.

Caminhada serena, sem aparatos nem fiscalização, sem seleção de classes, idades ou raças.

Todos irmãos.

Unidade perfeita, Brasil indivisível, fraterno.

Passeio despreocupado, confiante, de um povo, que à sua passagem provoca um frêmito renovador de emoção tranqüila, infundindo a segurança de que esta terra é nossa.

Culto de todos nós à liberdade.

Porém, liberdade com responsabilidade.

E é o respeito ao jovem que o leva a aceitar a responsabilidade.

E o respeito à pessoa e sem dúvida, a mais elevada forma do amor.

A confiança constroi segurança, visão íntima dos próprios recursos, que permite ao homem encarar a vida com decisão, ver com lucidez e enfrentar com galhardia os seus deveres para consigo e para com a sociedade.

Os princípios democráticos sempre corresponderam aos anseios mais profundos da alma brasileira, que em todas as Constituições da República o legislador interpretou no mandato primeiro, de que o povo é a fonte legítima do poder.

Realizada a sete de setembro de 1822 a emancipação política do Brasil, fácil, no entanto, não tem sido a conquista da independência econômica e, portanto, com o advento da Re-

volução de 1964 pudemos começar a sentir realmente, os resultados positivos de um esforço governamental que vem sendo desenvolvido em todas as direções, para a eclosão plena de todas a nossas potencialidades.

Saímos da estagnação e temos pressa de alcançar o plano a que estamos destinados.

Povo e governo irmanam-se neste objetivo.

A missão desta geração é a de programar e ativar o desenvolvimento econômico brasileiro.

Nunca como agora os brasileiros precisaram tanto conhecer a realidade do país.

Não tem validade um ufanismo crônico, nem o escudar-se em falsos termos de futuro.

O importante é reconhecer as falhas, diagnosticar as causas, analisar as conseqüências e fazer a correção sem preconceitos, paixões, nem desconfiança, mas com a mente aberta, intenção honesta, debate esclarecido, participação ampla, que o diálogo, na definição do Senador Robert Kennedy "é mais do que a simples liberdade de expressão. É a disposição de ouvir e de agir".

As razões próprias nascem do entendimento as alheias vão pegadas à memória, e os homens não se convencem pela memória, senão pelo entendimento.

É justo, no entanto, considerar a dificuldade de controlar a economia de um país de 110 milhões de habitantes, que a cada ano se acresce da população de um Uruguai, ou de um Israel.

Temos muita pressa e estamos nos impondo ao mundo como nação positiva e criadora, amante do seu destino.

É tempo de acelerar. E quanto mais acelerarmos os passos e os braços, tanto mais rápido gira o catavento verde-amarelo, tão oportunamente evocado pelo Governo do Presidente Geisel, como símbolo da força primeira que alimentou os engenhos do passado e símbolo alegre e ávido da captação das energias do presente.

A natureza fez o Brasil um todo que nos cabe preservar. O esplendor da nossa força, a garantia do nosso futuro.

"No fim deste século, afirma Murilo Melo Filho, no seu livro "O Desafio Brasileiro", teremos de prestar contas à nova geração e dizer ao mundo se fomos competentes para construir uma grande sociedade ou se seremos sempre e apenas o país do futuro".

O grito do Ipiranga.

Momento de sol e triunfo.

Correntes partidas.

Ontem, uma Nação em marcha de esperança. Hoje uma nação em caminhada de fé.

Grito de vitória que confunde os séculos, que refunde o tempo.

Pátria, o teu brado de libertação ressoará para sempre, vivo, arrojado e jovem, integrando cada vez mais a tua gente, impelindo-a às clarinadas de glória.

Dando mais vida à utilidade das vidas, reavivando a luz da tua eternidade pelo devotamento infinito dos teus filhos."

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para falar em nome do MDB, devidamente designado pelo Líder Trajano Bastos de Oliveira, usará da tribuna o Sr. Deputado Enéas Faria, vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Mesa desfalcada, a Casa minguada de presença, a Pátria não é isto.

A Pátria é o cotidiano de colaboração e a presença permanente de afirmação, a responsabilidade afirmada em cada instante.

Falo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por designação de minha bancada, o Movimento Democrático Brasileiro, com

assento nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Há 155 anos a pátria comemora a sua independência.

Nas escolas, nos tribunais, nos parlamentos, nos quartéis, nas comunidades, fraternizadas no mesmo sentimento de amor a esta terra, todos, arredam, nesta data, quaisquer animações, mesmo e igual civismo, haurem as mesmas emanações patrióticas, formam num só e único contingente — o povo todo como uma individualidade — para, no caminho comum e no comum objetivo, depositar as mais ardentes crenças na esperança, certa e inevitável, de que, mesmo por entre percalços e aflições, entre dificuldades e obstáculos, este país — que desde o seu começo tem vencido suas etapas ascensionais — alcançara o pódio onde se reverenciam a paz, a harmonia, a felicidade.

É um instante onde a nação se recolhe às suas entranhas, ao que lhe é mais caro, da sua gênese às suas aspirações; onde o passado ressurgue, imponente em suas glórias e conquistas, onde o presente é um formidável desafio ante ao que passou e ao que virá, onde o futuro é promessa de imprescindíveis certezas.

Esse sentimento que a todos inunda, contagiante, febril, decidido, agora como antes, tornando-nos o povo que somos, não se conta tão só nos momentos de comemorar a pátria, mas sim e benfazejamente, tem emergido nas horas mais decisivas — que a intuição popular tem sabido detetar — para sermos a pátria, livre, emancipada, progressista, respeitada, humana — tudo o que temos conseguido e estamos por conseguir.

A pátria, assim, num desses momentos, irresistível nesse sentimento, declarou sua Independência; quando os brasileiros e libertários de então, embebidos da mesma indignação, numa sublime comunhão de aspirações, caminhando a mesma peregrinação, souberam atingir a meta unânime, a necessidade fundamental daquela hora, — e um dos mais importantes legados que a nós chegou.

A história — benevolente com os poderosos eventuais e efêmeros, mas assim mesmo a menos parcial das julgadoras, não pode registrar o evento como arroubo de um príncipe, nem como condescendência de uma Coroa.

Foi o povo, sofrido, humilhado, esbulhado, mas altivo, digno, heróico que extorquiu a Independência, asgrimindo contra a força e a prepotência, a arma imbatível de um ideal.

Nem se a obteve por um conluio do Paço, ou por um contesto externo, ou por uma revolta das armas, nem a sua preparação foi de tempo minguido.

Nasceu nas consciências clarividentes das almas livres, para ganhar o heroísmo martirizado dos Inconfidentes, e chegar ao longo do tempo — a todos; às inteligências, aos acritos, ao clero, ao que estudava, ao que trabalhava, e daí às tribunas, às togas, às fardas, e finalmente, à praça, e da praça à conquista.

Esta a Independência que cremos havida, do país todo e da nação inteira, porque obra nossa, da nossa gente de todos os ofícios e de todos os rincões.

Do povo acionado por uma brasilidade estóica e irresistível.

Assim, cremos, assim a recebemos.

E de tempos em tempos, tem se manifestado assim a pátria, porque antevê uma necessidade histórica, porque ferida em seus brios, porque relegada em seus anseios.

Tem sido assim, e quando assim é, assim ela se mostra.

A Abolição da Escravatura teve sua história escrita em papel semelhante e em penas mergulhadas nas mesmas ansiedades.

A consciência nacional contra a vergonha que nos tiznava, a favor da criatura humana pela liberdade, contra o interesse que era cativo.

Nem a ausência do monarca, nem a generosidade da princesa, nem o favor dos senhores. Mas um Ruy, um Castro Alves, um Patrocínio, mais uma vez todos — o povo, a praça, a liberdade.

A Proclamação da República, depondo o arbítrio, a soberania do desejo unipessoal, os desmandos, as violências, não teve outro artifice que não a nação, varrida pela vaga poderosa do sentimento de comandar-se a si mesma, de ser senhora do seu destino, de cinzelar seu próprio futuro, sem tutelas outras que não a da Lei, emanada da sua própria vontade e voltada para a sua realidade.

A República, mais tarde, decaiu de seus ideais.

A manipulação de quase todos por muito poucos, a esca-moteação das decisões soberanas do povo, as eleições fraudadas pelo bico de pena, os interesses nacionais relegados, os conciliábulos a perpetuarem o poder, “a legislatura, a administração e o governo entregues à incompetência, a preterição do merecimento, o domínio da incapacidade, o monopólio da influência pelos violentos” naquele período, novamente ergueram o povo, que através das vozes das suas inteligências, do despreendimento dos seus soldados, da audácia dos seus idealistas, retificou uma nova era em nossa vida.

Não tardou novo desvio.

Mas, a pátria que estremece a liberdade e a justiça, entre o governante que levava ao Poder e as Garantias que são o poder de todos, não hesitou, ficando com estas, reentronizando-as no país, para, penhorar, depois, pela via legal, o reconhecimento, pela consagração, com que trouxe à Chefia da Nação aquele mesmo que depusera em nome do Direito e da Lei.

Outros tantos e tantos há, momentos de grandeza e de elevação da pátria, quando jamais faltou brasilidade à nossa gente, quando nos afirmamos com decisão, quando nos decidimos por afirmações que tem definido a nossa índole de povo livre, pacífico mas audaz.

Na vida nacional tem se alternado épocas de felicidade e de aflições, de serenidade e de convulsões, de riquezas e de dificuldades, onde o espírito inventivo e obreiro, harmônico e patriótico do nosso povo, timbrou sempre todas as atitudes, acelerando sua marcha aqui, sustentando posições acolá, prevalecendo em todas as ocasiões a nossa decisão de prosperar material e intelectualmente, tendo por meta o ser humano, como o grande e único destinatário de todas as conquistas.

Senhores.

Uma pátria não se faz com a opulência de poucos, sustentada pelo sacrifício de quase todos.

Uma pátria não se faz com a alegria de poucos, arrancada das desgraças de quase todos.

Uma pátria não se faz com a garantia de poucos, arrimada na instabilidade legal de quase todos.

Uma pátria não se faz com o autoritarismo dominando, com o silêncio imposto, com o trabalhador envilecido, com a juventude emudecida, com a inteligência censurada, com a imprensa amordaçada, com o empresário depauperado, com o clero suspeitado, com o parlamento emasculado, com a toga desprerrogativa, com o país desvirilizado.

Uma pátria não se faz com obediência cega e inconsequente, com lugar exclusivo para áulicos e incensadores, com o sabujismo entronizado, com erros não denunciados, com omissões não apontadas, com desacertos não criticados, com a abolição do debate aberto e da discussão sem limitações, com segredos imponderáveis, com desvios não responsabilizados, com o compadrio aos amigos e a hostilidade aos adversários, com o marasmo público, com a prostração popular, com a subserviência nacional, com a Nação divorciada do Estado.

A pátria não é isso, nem para isso tanto se lutou.

A herança que recebemos e comemoramos, nos impõe um grave dever: o de entregar aos nossos pósteros uma pátria melhor e mais perfeita, em homenagem às gerações que nos

antecederam e em respeito às que nos sucederão.

A cada tempestade tem se seguido o brilhar do sol, a cada vácuo se sobrepõe o oxigênio, a cada convulsão tem se logrado a paz, a cada desvio tem se reencontrado a Lei. O efêmero é fugaz e transitório, permanentes são os valores indissociáveis à vida.

À pátria, em cada momento necessário, não tem faltado a sua gente.

Como que despertada por uma cívica intuição que vai contagiando, irmanando, amalgamando, até que a causa patriótica de cada um é de todos, se materializa, corporificando mais uma obra a se realizar.

Vivemos, na quadra de hoje, embalados pelos mesmos sentimentos, pelos mesmos princípios, pela mesma brasilidade.

O 07 de Setembro de 1822, marcou a vitória de uma luta pela Independência, que significava a liberdade perante o mundo.

A nós, brasileiros de todas as condições, cabe o trabalho, que mais uma vez, a todos deve fraternizar, sem prevenções, não contemplando um ontem de erros, mas preparando um amanhã de acertos, recolhendo as lições do passado e fechando-lhe as portas, esquecendo-lhe os rancores e cicatrizando-lhes as feridas; cabe o trabalho, a nós brasileiros de hoje, de marcar uma nova vitória na vida da pátria: a conquista do Estado de Direito, firmado na Lei como vontade popular — única soberania que reconhecemos — através de uma Constituição, que signifique a liberdade perante nós mesmos.

E isto representa o que a pátria quer, por ser o que a pátria é.

O Brasil está a pedir a colaboração desinteressada e ativa de quantos representam a capacidade, o vigor, a abnegação, não podendo mais, e principalmente agora, assistir a permanência do valor na reserva.

Brasileiros de todas as condições não de se irmanar, porque há, e muito, a fazer pela pátria, sem tardança, porque começa a tardar já, hoje e agora, com o esforço e a capacidade de cada um, com a consciência de todos, “não pelos meios tumultuários, não pelas incubações subterrâneas, não pelas aventuras extralegis; mas, pelo simples exercício de suas forças morais, pela energia da opinião constitucionalmente manifestada” pela vontade popular expressa e assentada.

É preciso fazer pela pátria.

Uma pátria se faz com solidariedade, e ela existe em uma comunhão de homens “quando todos se podem orgulhar da felicidade do maior, ou quando a miséria do pior a todos enche de vergonha”.

Uma pátria se faz propendendo para um “equilíbrio que favoreça a unidade nacional, sem sacrificar uma parte e em benefício de outro”.

Uma pátria se faz com o “governo do povo, pelo povo, subordinado às garantias da liberdade, com que a Constituição e o Direito Público Universal limitam a própria soberania popular”. Ela é um solar de homens livres, jamais um instrumento de facção, de classe, ou de partido.

Uma pátria se faz com disciplina que é indispensável para tornar eficaz toda obra comum; deve ser, porém, livremente aceita como resultado da competência, ao invés de imposta como abuso do privilégio. Se faz com autoridade, decorrente da Lei, com missão fixada e limite marcado, que exige seja defendida, mas também, fiscalizada à luz dos princípios constitucionais.

Uma pátria se faz com a conjugação de sonhos comuns para se empreender grandes coisas, com convergência na aspiração da justiça, no dever do trabalho, na intensidade da esperança, no pudor da humilhação, no desejo de glória. Se faz despertando a energia, extinguindo o parasitismo, estimulando a iniciativa, suprimindo a ociosidade, desenvolvendo a co-operação.

Uma pátria se faz com um "regime de responsabilidade, onde o povo se acostume a tomar contas aos seus administradores, e estes a dar-lhas".

Uma pátria se faz com uma raça "chegada à maioridade e não resignada à tutela dos interditos" e que para isso se educa para o governo de si mesma "examinando, sabendo e discutindo tudo".

Uma pátria se faz com o direito assegurado de "ter todas as opiniões e a obrigação de respeitar todas as consciências". Se faz com consciências libertas, onde o opositor não é inimigo, nem seu partido uma "oficina de agitação e ameaça, de subversão e de guerra", mas sim, um instrumento de doutrina e organização, de estudo e resistência, de transação política e intransigência legal.

Uma pátria se faz com o cidadão, entendido que o ser, é ter reconhecida a sua posição ímpar e intangível na estrutura do Estado, e respeitadas as suas conceituações jurídicas, humanas e espirituais.

Uma pátria se faz com amor. "A paz nobre, a paz com dignidade, a paz respeitada". Jamais a "paz dos vís, a paz dos pusilânimes, a paz dos protegidos" que "não vale a pena que se goze, nem pode ser gozo senão para as almas degradadas e aviltadas que perderam com o sentimento da própria existência, o sentimento da honra pessoal".

Uma pátria se faz com estadistas que sabem ser "necessário consultar os mais profundos sentimentos de uma nação, discernir as necessidades reais de uma época, e lançar ao país um pensamento, uma fórmula de renovação capaz de calar no seio do povo, de reerguê-lo da apatia, de fortalecê-lo contra o desalento, de congregá-lo em adesões ativas, enérgicas, dedicadas".

A pátria foi e está sendo convocada para a nova obra, para a retificação de rumos, para a correção de desvios.

A sua gente já desponta nos tribunais, nos parlamentos, nos quateis, nos partidos, nas igrejas, nas escolas, na imprensa, nos ofícios, nos lares — em todas as partes e em todos os momentos.

Mais uma vez, o povo, a praça, a liberdade.

Preferi, senhores, nesta comemoração da Independência, levantar o olhar para o Porvir e cerrar fileiras com os que por ele trabalham.

Preferi, senhores, os riscos da verdade à paz dos protegidos

Essa proteção está incompatibilizada com a verdade, e a verdade é a alavanca que tem transformado os povos, nos seus momentos de melhor inspiração, em Arquimedes de sua própria grandeza.

Ela é a arma das verdadeiras e duráveis revoluções.

"PATRIA CARA, CARIOR LIBERTAS, VERITAS CARISSIMA".

E a verdade que a pátria hoje reclama, por sua própria dignidade, só se encontrará com a Constituição.

Senhores, falo a esta Casa, nesta data, despido de prevenções, pois, hoje, desaparecem, no culto que prestamos, todos os divisores, até os partidários, para emergir uma certeza: no Brasil, presentemente, só há dois agrupamentos políticos naturais: o dos que fraternizam com o arbítrio, e o dos que lutam pela Constituição.

Nosso dever é pugnar por ela, para restabelecê-la; restabelecê-la, para conservá-la".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) As comemorações cívicas alusivas à Data Magna da nossa Independência; no próximo dia 6 do corrente mês, às 16,00 horas, haverá no Centro Cívico, no palanque armado em frente ao Palácio Iguaçu, uma solenidade em que o Poder Legislativo tributará a sua homenagem aos heróis da Independência, dentro da programação da Semana da Pátria, organizada pela Liga de Defesa Nacional.

Para participar daquela solenidade, estão convidados todos

os Senhores Parlamentares e Funcionários deste Poder.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, devidamente apoiado, constante do expediente de sessão anterior. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 68/77, Mensagem no. 51/77, ex-Proposição no. 243/77 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Ponta Grossa, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam estabelecimentos de ensino que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 68/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 13 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PONTA GROSSA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Humberto Cordeiro, Professor José Elias da Rocha e Doutor Munhoz da Rocha, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 93/77, Mensagem no. 51/77, ex-Proposição no. 251/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ibatí, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Monteiro Lobato, na sede daquela comuna. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 93/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IBATÍ, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Monteiro Lobato, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator
REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 99/77, Mensagem no. 45/77, ex-Proposição no. 281/77 - aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral, objetivando execução de Programa visando suprir as necessidades dos evadidos da escola ou desprovidos de escolarização adequada. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 99/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 01 de agosto de 1976, entre o Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, objetivando desenvolver ação integrada na execução de programa que visa suprir em nível das quatro primeiras séries do ensino de 1o. grau, as necessidades dos evadidos da escola ou desprovidos de escolarização adequada.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 122/77, Mensagem no. 46/77, ex-Proposição no. 192/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro, com finalidades que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 122/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 12 de julho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro, visando promover a difusão cultural em vários municípios do Estado.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 165/77, Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 368/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santo Antônio do Sudoeste, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 165/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 11 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Santo Antônio, Júlio Giongo, Interventor Manoel Ribas, D. Pedro II, e o Quartel da 4a. Cia. PME, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 166/77, Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 372/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 166/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 09 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO PEDRO DO PARANÁ, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia, o Ginásio Estadual Cecília Meirelles, o Grupo Escolar Mal. Cândido Rondon, a Escola Rural Marechal Castelo Branco, a Escola Rural Padre José Anchieta, a Escola Rural Gabriel de Lara e a Escola Rural Presidente Kennedy, do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 167/77, Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 375/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Tapira, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 167/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TAPIRA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Campos Sales, o Grupo Escolar São José e a Escola Isolada Mário Ribeiro Borges, do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 168/77, Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 376/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o Município de Tijucas do Sul, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 168/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TIJUCAS DO SUL, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde e Puericultura, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 169/77, Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 377/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Toledo objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 169/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TOLEDO, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola de Aplicação Dr. João Cândido Ferreira e o Ginásio Estadual Dario Vellozo, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 170/77, Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 279/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Xambrê, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 170/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 08 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de XAMBRE, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Alberto Jackson Byington, Castro Alves, Augusto dos Anjos, Visconde de Nacar e a Escola Normal Colegial Estadual de Xambrê, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 154/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 347/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MATINHOS, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 155/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 352/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PARANAGUÁ, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 156/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 354/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PEABIRU, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 157/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 355/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PÉROLA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

prios estaduais na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 158/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 356/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PÉROLA D'OESTE, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 160/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 359/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de QUITANDINHA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 161/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 361/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de RIBEIRÃO CLARO, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 239/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 68/77, ex-Proposição no. 405/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ASSAÍ, objetivando execução de reparos no prédio do Colégio Estadual "Barão do Rio Branco". Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 240/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 69/77, ex-Proposição no. 412/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, objetivando a mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 241/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 421/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TOLEDO, objetivando execução de obras de reparos nos prédios do Grupo Escolar e do Ginásio Estadual, da sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 242/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 422/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino da sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 243/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 428/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino da sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

do do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de reparos no prédio do Colégio Estadual, Delegacia de Polícia e Cadeia, Escola Normal e Núcleo Social, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 244/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 432/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de UMUARAMA, objetivando reparos em próprios estaduais onde funciona o Ginásio Estadual, a Escola Normal e o Colégio Estadual, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 245/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 433/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CIDADE GAÚCHA, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "Dom Bosco" e o Ginásio Estadual "Arthur Bernardes". Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 246/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 437/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MAL. CÂNDIDO RONDON, objetivando execução de obras de reparos no prédio da Unidade Escolar de 1.º Grau, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 248/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 453/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ENÉAS MARQUES, objetivando execução de reparos nos prédios do Grupo Escolar "Visconde de Mauá" e do Grupo Escolar Enéas Marques, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 249/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 458/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MOREIRA SALLES, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e o Grupo Escolar "Willian Ransdorf", da sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 250/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 463/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PLANALTO, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar "Duque de Caxias", localizado na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 251/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 469/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de UBIRATÃ, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "Quintino Bocaiúva, a Delegacia de Po-

lícia, a Unidade Sanitária e a Escola Amazonas, na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 252/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 93/77, ex-Proposição no. 474/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de IPORÃ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da tribuna em sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente da República, bem como ao Sr. Ministro dos Transportes, pela conclusão da Rodovia Federal BR-153, conhecida por Transbrasiliana, no seu trecho entre Erechim, no Rio Grande do Sul, e União da Vitória, em nosso Estado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas providências, visando a construção de sede própria para a Delegacia de Polícia em Iporã. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jorge Sato, Antônio Facci, Gabriel Sampaio, Valter Pietrângelo e Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando seja enviado telex ao Sr. Almirante Heleno Nunes, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, referente a inclusão de clube de futebol no Campeonato Nacional. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. —

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, se me for permitido, quero me abster de votar tal requerimento, pois acho que estamos entrando numa seara completamente perigosa para esta Assembléia. Abstenho-me de votar.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência faz a anotação da solicitação feita pelo Deputado Deni Schwartz.

Em votação o requerimento dos Srs. Deputados já nominados.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, da mesma forma como o nobre Deputado Deni Schwartz, eu me abstenho de votar, dado a minha posição com relação a Clubes de Futebol, porque eu sou francamente favorável ao Colorado Esporte Clube. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência, desde que não exista no Regimento Interno a figura de abstenção para o Sr. Deputado que está presente no Plenário, anotar os votos dos eminentes Deputados Deni Schwartz e Fabiano Braga Cortes, como votos contrários à matéria, e o Sr. Deputado Jurandir Messias, que por ocasião da votação, também votou contra.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Eu quero registrar o meu voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Registro feito. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — APROVADO, com os votos contrários identificados. Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos

Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor, em homenagem póstuma, ao 2o. Sargento do Exército, Silvio Delmar Holenbach, que salvou, com o custo da própria vida, o menor Adilson Florêncio da Costa, que estava sendo devorado pelas aranhas, no Jardim Zoológico de Brasília, solicita ainda, a transcrição nos Anais da Casa, do recorte do jornal "Diário do Paraná", que narra, com detalhes e pormenores, a extraordinária façanha desse bravo militar. — APROVADO. (A matéria a ser transcrita acha-se no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Rede Globo de Televisão, pela corajosa denúncia feita através do Programa Fantástico, do último dia 28, sobre a venda no Brasil, de medicamentos proibidos em outros países. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Diretor do CONTRAN e DETRAN, consubstanciado em sugestão, visando seja efetuada campanha, a fim de esclarecer os ciclistas sobre suas obrigações e deveres perante o Código Nacional de Trânsito. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Fazenda, Presidente do Banco do Brasil S/A., e Diretor do Crédito Rural do Banco Central do Brasil, consubstanciado em apelo manifestando o empenho desta Casa na solução de problemas da agricultura paranaense, descritos pela Cooperativa Agropecuária Morãoense. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança Pública, Presidente da Federação Paranaense de Futebol e ao Presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná, consubstanciado em sugestão no sentido de que seja promovida campanha preventiva contra o mau uso de fogos de artifícios nos Estádios de Futebol. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornal "Movimento", pela denúncia da venda, no Brasil, de medicamentos proibidos em outros países. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria de Finanças, encarecendo medidas necessárias para a construção da sede própria da Agência de Rendas, da cidade de Iporã. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de diligenciar a aplicação do tratamento anti-pó, e a feitura do acostamento, na Rodovia do Café, trecho onde se localiza o Estádio Dr. Paulo Pimentel. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão, para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a designação de um Delegado Especial, para abertura de inquérito policial no Município de Ivaiporã, objetivando apurar responsabilidades em incêndio nos escritórios da Sociedade Territorial Ubá Ltda. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento apresentado pelo eminente Deputado José Domingos Scarpelini, em data de 30 de agosto, em que faz uma série de denúncias, cuja denúncia envolve a Sociedade Territorial Ubá Ltda., com sede no Município e Comarca de Ivaiporã.

Sr. Presidente, esta denúncia é muito séria, e dada as condições com que foi apresentada, claro, que se o Deputado faz uma denúncia à Casa, deve ter recebido de alguém, essas informações. Mas, dada a seriedade desta denúncia, era necessário que se juntasse alguns documentos, porque nós vamos envolver toda a Casa numa matéria como esta. Eu queria sugerir ao eminente Deputado que se fosse possível, a retirada deste requerimento, para juntar documentos e denúncia a ele Deputado, formulada, para instruir este seu pedido e nós votaremos com satisfação favorável, mas como está, eu acho que a nossa responsabilidade é muito grande.

E nestas condições, o nosso voto é contrário ao requerimento. Eu peço permissão para ler alguns tópicos deste requerimento. Vou só fazer o comentário do requerimento, e com prazer já, eu concedo o aparte a V. Exa., Deputado Scarpelini. (Lê o requerimento).

O Sr. José Domingos Scarpelini — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, apenas para esclarecer a V. Exa. que o requerimento que ora apresentamos a esta Casa, nada mais é do que a solicitação de um delegado especial, para apurar as responsabilidades. Os indícios e os comentários que existem na cidade de Ivaiporã, Jardim Alegre e até mesmo em Pitanga, de onde também recebemos algumas informações, é de que pessoas ligadas direta ou indiretamente à Companhia Territorial Ubá, teriam feito a provocação desse incêndio.

Então agora, V. Exa. está pedindo que eu faça uma juntada de documentos que comprovem isso. Em primeiro lugar, nobre Deputado, eu não sou delegado de polícia para inquirir alguém a vir depor ou a declarar que tem conhecimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, eu não quis dizer isso; que V. Exa. junte documentos. Se alguém, um pequeno lavrador, fez uma denúncia, que faça por escrito. O Sr. José Domingos Scarpelini — Perfeitamente. É por esta razão que se pede o envio de um delegado especial, à comarca de Ivaiporã, para que esse pequeno lavrador se sinta em condições de depor. Ou então alguém que tenha uma informação a dar também — e haverá pessoas que irão comparecer para depor nesse inquérito; que dêem a informação a um delegado especial.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Longe de mim, Sr. Deputado, duvidar que V. Exa. tenha recebido qualquer denúncia.

Mas, nobre Deputado, no dia 13 do mês passado, eu fiz uma reunião no Município de Jardim Alegre, onde tiveram participação, como já comentei desta tribuna, representantes de todos os bairros, de todas as águas, 26 líderes de bairros; extensão de base. Vigário da Paróquia, nove dos vereadores, o prefeito. No dia 27 fizemos uma reunião com os prefeitos na cidade de Ivaiporã. Represento no Município de São João do Itaipó como Deputado mais votado daquele município, cujos moradores adquiriram grande parte de suas terras da Sociedade Territorial Ubá. Não quero fazer defesa nenhuma da Sociedade Territorial Ubá, a única coisa que eu quero é salvar a responsabilidade desta Casa e entrar às vezes, pedindo uma denúncia infundada. Por esse motivo, se V. Exa. concordar em retirar este requerimento e juntar um pedido, alguma denúncia feita por escrito, nós votaremos favorável. Mas, como está, meu voto é contrário ao requerimento.

O Sr. José Domingos Scarpelini — V. Exa. permite mais um aparte? (Assentimento).

Para concluir então aquele primeiro aparte que eu havia solicitado, V. Exa. me pede uma coisa que é praticamente impossível. Porque não existe uma prova material a ser apresentada. Mas muito fácil a ida de um delegado especial para aquela cidade, designado pela Secretaria de Segurança, é que poderá apurar ou não a responsabilidade da empresa.

Então é nesse sentido. Apenas para salvaguardar, talvez até o nome da própria empresa, é que nós solicitamos. E V. Exa. que anda na região e que é Deputado da região; como já disse, o Deputado mais votado de São João do Ivaí. É o representante do Médio Ivaí, o legítimo representante da ARENA naquela região. Tem conhecimento, ou se não tem, se procurar, terá, de que existem os comentários, de que houve um incêndio na Empresa Territorial Ubá e que esse incêndio foi proposital. Comentários existem. Então, para salvaguardar o próprio nome da empresa que está sendo envolvida, é que nós pedimos, ou então para apurar a responsabilidade da própria empresa, é que nós solicitamos esse delegado...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, para encerrar...

O Sr. José Domingos Scarpelini — Porque se V. Exa. olhasse...

O SR. GILBERTO CARVALHO — ... nobre Deputado, para encerrar...

O Sr. José Domingos Scarpelini — Porque se V. Exa. olhasse o requerimento em si, ele não afirma que foi o diretor da empresa que colocou fogo. Afirma apenas que o incêndio foi provocado, ou por elementos diretamente ou indiretamente ligados à empresa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Encerrando, veja bem nobre Deputado a minha argumentação deste requerimento. Nós, como Deputados, recebendo votação daquele município, temos interesse em apurar uma irregularidade se porventura houvesse. Mais interesse ainda têm aqueles moradores daquela região, os agricultores, aqueles que foram lesados.

Será que alguém não poderia fazer um apelo ao Deputado, ao Secretário, ao Governador ou quem quer que seja, de que está sendo prejudicado com aquele incêndio?

Os Prefeitos daqueles municípios, Vereadores ou qualquer um dos agricultores, nós não temos nada e o Delegado de lá não sabe nem por onde começar. É por este motivo que vamos votar contra este requerimento.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Mas é por falta de competência deste Delegado que não sabe onde vamos começar, é que estamos pedindo a designação de um Delegado Especial.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado José Domingos Scarpelini, se alguém fez a denúncia, esta pessoa deveria dá-la por escrito. É o bastante.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Olha, eu não vou retirar o requerimento. Com ou sem o seu apoio o requerimento irá à decisão desta Casa. Eu estou pedindo, pura e simplesmente, que seja designado um Delegado, nobre Deputado. Não estou afirmando nem incriminando esta companhia. Muito pelo contrário, quero apenas a salvaguarda do direito, só isso.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Quero deixar bem claro que não conheço os diretores, não quero fazer defesa nenhuma da Sociedade Territorial Ubá e claro que tenho interesse em defender os agricultores daquela região se porventura foram prejudicados. Mas o nosso interesse maior ainda é salvaguardar a responsabilidade desta Casa para não entrar numa denúncia infundada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. Em votação. — Rejeitado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência concede verificação de votação. Solicita que os Srs. Deputados tomem os seus respectivos lugares para proceder-se à veri-

ficação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Faltava conferir o voto do Primeiro Secretário que não sabíamos ainda a posição.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — 15 Srs. Deputados aprovam. 13 Srs. rejeitam. — APROVADO o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, remetendo denúncia de que a Escola Internacional de Curitiba, localizada no Jardim Schaffer, em prédio cedido em convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba, não está sendo cumprida a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para falar em Explicações Pessoais, está inscrito o Sr. Deputado Maurício Fruet, a quem a Presidência concede a palavra.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encontrávamo-nos nesta Casa em reunião do Plenário, no instante em que, pela maioria de votos dos Srs. Deputados presentes, foi aprovado um requerimento subscrito pelos Srs. Deputados Jorge Sato, Antônio Facci, Gabriel Sampaio, Valter Pietrângelo e Renato Bernardi, justificando e requerendo, em ofício dirigido ao Sr. Almirante Heleno Nunes, Presidente da Confederação Brasileira dos Desportos, a inclusão do Grêmio de Maringá, no Campeonato Nacional de 1977.

Por este motivo venho à tribuna, não para contestar a posição assumida pelos 5 Srs. Deputados que representam Maringá nesta Assembléia Legislativa; não também para contestar os argumentos bem colocados que fundamentam este requerimento, mas, para deixar patente a minha posição contrária a esta manifestação. Porque entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, a Confederação Brasileira dos Desportos já adotou um critério para o preenchimento da quarta vaga no Estado do Paraná, e este critério diz respeito à disputa de um clube da Capital do Estado, no caso, o Colorado, com o Grêmio de Maringá, e o vencedor desta competição é o melhor de 4 pontos, será o quarto representante do Paraná no Campeonato Nacional.

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu entendo, nobre Deputado, que a causa que V. Exa. abraça é muito justa e oportuna, e, mesmo antes que nós quiséssemos ser imparciais, o que realmente não o somos, seria mais lógico, mais razoável que os dois clubes que pretendem uma vaga no Nacional, em última instância, se não houvesse uma composição onde os dois pudessem entrar, então, que disputassem num campo de futebol numa melhor de 3 e, o melhor dos dois quadros, o que vencesse a melhor de 3 então, teria a sua vaga, assegurada.

Esta é uma briga doméstica na qual nós não podemos interferir, acho intempestivo que esta Assembléia se manifeste, se pronuncie.

O Deputado é do Norte, está certo, se eu de lá fosse, faria a mesma coisa, se fosse o caso do Rio Branco de Paranaguá, eu iria também lutar pelo seu ingresso no Nacional.

Não digo que tenha sido infeliz a iniciativa do Deputado de Maringá, mas, inoportuna, com uma ressalva, e V. Exa. a fez, brilhantemente que o mais justo, o mais equânime seria que os dois clubes disputassem, em um campo de futebol.

Era este o aparte que eu desejava oferecer a V. Exa., que, neste momento abraça uma nobre causa.

Obrigado.

O Sr. Adalberto Daros — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro Deputado Maurício Fruet, realmente fazemos parte da equipe do Colorado, não podemos negar. Estamos sempre junto ao pessoal do Colorado.

Mas eu gostaria de dizer a V. Exa. que, quando da apreciação do requerimento — bem posto pelos nossos Colegas Deputados de Maringá — não estávamos no plenário, e não votamos o requerimento. Mas quero dizer também a V. Exa., que a CBD, ao que tudo indica, propôs uma fórmula de se colocar mais 1 (um) clube no Nacional, aqui do Paraná, na disputa entre Grêmio e Colorado. Gostaria também de deixar patente nesta oportunidade, mais uma vez, a afirmação de que, o que parece é que, à CBD não é o que importa ao povo, à população e àqueles aficcionados ao futebol; o que importa à CBD, a verdade deve ser dita e colocada aqui, é apenas, cifras. A verdade é esta.

Razão pela qual acredito que esta disputa talvez seja alguma coisa que a CBD tenha dado em função do esporte, para se constatar quem é o melhor, quem venha a disputar. Apesar de que, meu caro Deputado, e quero deixar nesta oportunidade o meu testemunho, de que não acredito que a CBD dê condições ao Colorado, de disputar no Campeonato Nacional. Acredito que esta primeira fórmula colocada, a de disputa em campo, é apenas um encontro. Isto eu acredito, e a prova aí está, quando Londrina entrou no Nacional, o ano passado — a distância entre Londrina e Maringá não se modificou, é a mesma. Por que não deixar apenas um? Dar oportunidade a mais um, da Capital, que já disputou inclusive? Razão pela qual quero deixar patente: se eu estivesse neste Plenário, pediria para discutir requerimento que, ficaria para outra oportunidade — mas, se não houvesse essa outra oportunidade, eu votaria contra porque acredito até que a CBD não tenha os seus caminhos certos serem trilhados. É como está atualmente.

Muito obrigado.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MAURÍCIO FRUET — Concedo um aparte ao Deputado Enéas Faria.

O Sr. Enéas Faria — Deputado Maurício, permita-me que diga que respeito e louvo o trabalho que esta Casa tem assistido e é testemunha, desses bravos Deputados, dignos de Maringá. Em todos os momentos, em todos os instantes, em todas as causas, Maringá tem a sua presença marcada nesta Casa, seja em que assunto for, seja em que questão ocorrer, aqui está esta bancada de Maringá, que se alteia até mesmo à simples curiosidade e impõe a sua presença.

É, aliás, uma atuação que serve e deve servir de paradigma aos que têm assento nesta Casa.

Faz o Deputado de Maringá e os que compõem a representação daquela cidade, aqui neste Legislativo, faz o que corretamente deve fazer: lutar pela sua cidade, lutar pelos seus interesses, a sua luta e o seu valor, e o futebol é um valor. Por isso, merece até o nosso aplauso e a nossa congratulação pelo que fazem os Deputados de Maringá, agora, neste momento, lutando pela inclusão da sua cidade no cenário nacional do futebolismo.

Entretanto, nobre Deputado Maurício, não me cabe, e também quero crer, não caiba à Casa uma análise se deva ir a esse campeonato nacional o poderoso jovem Maringá ou se deva ir o tradicional, o aguerrido, o sedimentado, o popular Colorado.

Não cabe a esta Casa decidir.

Aprovamos, a Casa por maioria deliberou com consciência e com a nossa presença. O importante é a ressalva que está fazendo V. Exa. neste momento. Que se decida a coisa no campo e no terreno em que deve ser decidido. Jamais através da força política, jamais através da força econômica, mas através do valor, através do mérito. Por isso, permita, Deputado Maurício Fruet que eu seja solidário com o seu pronunciamento

e faça minhas as palavras que V. Exa. está pronunciando.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço os apartes dos nobres Deputados Adalberto Daros, Nelson Buffara e Enéas Faria. E, exatamente, para finalizar, Srs. Deputados, desejo repudiar veementemente a forma pela qual a Confederação Brasileira de Desportos vem norteando suas decisões ultimamente, baseadas, infelizmente, em pressões políticas, que fizeram com que ingressasse nesta última etapa do Campeonato Nacional não o quarto Clube do Paraná, pois no nosso entendimento e pelas arrecadações proporcionadas pelo nosso Estado à CBD, o Paraná deveria ter não 4 clubes, mas 5 ou até 6, e se pretere organizações esportivas paranaenses que colaboram financeiramente com a CBD e se coloca, por acerto político, no tapetão, fora das canchas esportivas, um clube que ninguém conhece, chamado River.

É um absurdo que se está cometendo, não contra o Paraná, mas contra o esporte nacional e é este detalhe fundamentalmente que eu gostaria de deixar fixado nesta nossa manifestação e explicação pessoal.

O Sr. Adalberto Daros — V. Exa. permite um aparte? Assentimento).

V. Exa. falou que se coloca no Campeonato Nacional um clube que ninguém conhece. A informação que tivemos de alguns amigos é que, quando da reunião dos Presidentes de Federações junto à CBD, o Presidente da Federação de São Paulo disse apenas o seguinte: ou se coloca o XV de Piracicaba, parece-me, ou S. Paulo se retira do Campeonato Nacional. Em 10 minutos, o XV de Piracicaba estava no Campeonato Nacional.

Agora, eu pergunto — Onde está a Federação Paranaense de Futebol nessa hora, quando V. Exa. afirma que as arrecadações do Paraná dão um percentual muito grande no contexto geral de arrecadações do Campeonato Nacional. Parece que a nossa Federação Paranaense de Futebol não tem tomado o pulso sério que deveria tomar.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Infelizmente, eminente Deputado Adalberto Daros, eu discordo, neste particular, de V. Exa.,

porque houve, realmente, muito empenho por parte da Federação Paranaense de Futebol e de seu Presidente, Luiz Gonzaga da Motta no sentido de melhor posicionar os clubes paranaenses no Campeonato Nacional. Ocorre, infelizmente, que as decisões de colocação de maior número de clubes e colocação de determinados clubes, infelizmente, está extrapolando da área esportiva e fixando-se, não na área da política mas, na área daquilo que chamamos de política.

Era esta a nossa observação que gostaríamos de deixar fixada em nossa manifestação ao final desta sessão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para falar em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, estive nesta tribuna criticando o critério adotado, se existe critério, de inclusão de novos clubes no Campeonato Nacional.

Eu não iria à violência da imprensa maringense que reflete, perfeitamente, o ânimo e o estado de espírito da gente de Maringá e de toda a região quando chama o Sr. Presidente da Federação Paranaense de Futebol, de “cafageste”. Está escrito; eles escreveram; não fui eu; quando incrimina, violentamente, o Sr. Ministro Ney Braga, o Sr. Prefeito de Maringá João Paulino e os homens que fizeram campanha política em Maringá, em cima do problema — Grêmio no Nacional. O atual Prefeito de Maringá dizia, no palanque: — “Pelos meus cabelos brancos, se eu for Prefeito, o Grêmio está no Nacional”. Agora, ele está numa encruzilhada — não sabe se renuncia à Prefeitura, de vergonha, ou manda pintar o cabelo — porque essa é a única atitude digna dele, se formos levar para este campo.

Como é que pode, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Qual é o critério em disputar Grêmio e Colorado, se o esporte, se o Campeonato Nacional foi feito e está sendo elaborado para integração nacional, para aproximação de regiões?

Se fosse possível, se estivesse em disputa, Londrina e Maringá, era possível até admitir-se. No entanto, Londrina, na gestão passada e, já há 3 gestões, tem Prefeitos do MDB e está no Campeonato Nacional e é mantido no Campeonato Nacional, porque tem pujança, porque tem força e porque a ARENA respeita aquela cidade. Mas, o povo de Maringá enganado que foi, votou na ARENA para ver seu time no Campeonato Nacional. E vejam o que vai ocorrer. Vamos disputar com o Colorado, Clube da Capital que eu respeito, que acho simpático e que quantas vezes até fui ao campo torcer por ele. Mas eu não posso admitir, Maringá não admite que seja colocada nos termos que está sendo. Essa Assembléia é uma caixa de ressonância da vontade popular. E hoje não é apenas o Grêmio, não é apenas Maringá, é o Paraná que clama, porque é justiça que se faz. O quarto time tem que ser o Grêmio, porque se dependesse, inclusive, da vontade da maioria de seu povo, o Grêmio se fôr para disputar preferiria entregar então para que a C.B.D. visse, sentisse quanto vale a pujança de Maringá em termos de renda, que é o que vale, conforme disse o Deputado Adalberto Daros, a quem eu concedo o aparte.

O Sr. Adalberto Daros — Meu caro Deputado Antônio Facci, V. Exa. falou exatamente, repetiu o que eu havia dito. Parece-me, e torno a repetir, que o que vale realmente é o cifrão para a C.B.D.

Em certo ponto, analisando de uma certa forma, talvez a C.B.D. tenha razão nesse aspecto. Mas eu pergunto a V. Exa.: Quanto neste País se joga na Loteria Esportiva? Para onde esse Governo que aí está, que deveria aplicar, pelo menos uma pequena parcela no que diz respeito ao esporte nacional, não só ao futebol, aonde este dinheiro que é retirado semanalmente de circulação é aplicado? Paga-se, apenas se paga as passagens aéreas dos Clubes. A estadia, será que o povo não merece um pouquinho de compreensão, ou será que o que vale a esta gente que aí está, torno a repetir, é apenas o cifrão na sua frente?

Respeito e admiro o Grêmio de Maringá e os Deputados daquela cidade, mas quero crer também e assim deve ser, que o Colorado, da cidade que eu represento, deve ser respeitado também, porque é uma equipe de tradição nessa cidade.

Obrigado, meu caro Deputado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Eu respondo o aparte de V. Exa., confirmando a história do cifrão dito pelo nobre Deputado.

A inclusão do Colorado para disputar agora com o Grêmio, não foi devido a nenhum outro aspecto, a não ser o cifrão que V. Exa. diz, porque foi através de telefonemas de Carlos, com K, Presidente do Banco do Brasil; ou de Sauls, como eu disse.

E se eu cobro desta tribuna, veemente a presença do Grêmio no Nacional, eu o faço cobrando do Prefeito de Maringá, João Paulino, as suas promessas. Mas disse eu e repito aqui, se o aspecto for político que coloquem disputando o João Paulino que é meu adversário com os Carlos e com os Sauls, e ver se ele também não ganha, e Maringá vai mostrar que é mais pujante que aqui.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Antônio Facci, inicialmente perdoe V. Exa. que eu entre nesta polêmica. Todavia, não posso acreditar que o resultado eleitoral de 1976, em Maringá, se deva a promessa de inclusão do Grêmio de Maringá no Campeonato Nacional.

Quer me parecer que isto seria diminuir a inteligência do esclarecido eleitor daquela brilhante comunidade que tem com tanto acerto, enviado para esta Assembléia, tão dignos e altaneiros

representantes daquela região, dentre os quais eu incluo V. Exa.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Muito obrigado.

O Sr. Ivo Thomazoni — Pretender, eminente Deputado, assacar contra as autoridades constituídas dentre elas, o eminente Ministro Ney Braga. A culpa não está no Grêmio, definitivamente dentro das futuras disputas do Campeonato Nacional, quer me parecer, também reside aí, uma injustiça, como injustiça faz o articulista que assaca contra o Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Dr. Motta Ribeiro, essas acusações, quer me parecer, são levianas.

Senão vejamos, Deputado, o Paraná, estão numericamente, embora politicamente, em número de eleitores esteja aquém, abaixo de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul; terá o mesmo número de representantes no Campeonato Nacional, só está abaixo de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro que todos nós, temos que reconhecer, no futebol, pujança; bem maior do que tem o nosso Estado, o Paraná.

Não vejo eminente Deputado, onde se pode criticar o Ministro da Educação e o Presidente da Federação de Futebol, que conseguiram para o Paraná, a quarta vaga. Esta vaga, eminente Deputado, quer me parecer, já lemos e estamos informados, será ocupada entre o Grêmio e o Colorado, a quem se vitoriar no campo da luta e fizer jus. Por zoneamento, eminente Deputado, é muito difícil discutirmos particularidades. Deus queira que o Maringá se sagre vitorioso no campo da luta e represente aquela região, no Campeonato Nacional. Nós estaremos torcendo por ela, pelas vitórias dele. Mas, reconheçamos, méritos também no Colorado da Capital; se vitoriar-se, desde que o Paraná conseguiu quatro vagas, a exemplo de Minas Gerais, a exemplo do Rio Grande do Sul, e outros Estados que só têm duas vagas.

Pretender assacar contra o Almirante Heleno Nunes, a acusação de haver concedido mais uma vaga para o Estado que incluiu o River. Também quer me parecer, não se está fazendo justiça, porque o Estado que menor representatividade terá no Campeonato Nacional, terá dois clubes. Mas, a exemplo do Paraná, Santa Catarina também, dois clubes disputarão a segunda vaga; quer me parecer que na Guanabara também, dois clubes disputarão a outra; no Piauí também, a outra vaga será disputada no campo da luta. São quatro Estados que disputarão a segunda vaga no campo da luta, a exemplo da quarta vaga no Paraná.

Desejava, e sei que V. Exa. tem sido compreensivo; entendi o requerimento subscrito pelos eminentes Deputados de Maringá, que passou por esta Casa já tendo sido aprovado; a Mesa já providenciou para que em forma de telex chegue ao conhecimento do Presidente da CBD — o que a Casa por maioria decidiu. Tenho certeza que amanhã, Deputados aqui, simpatizantes do Colorado, do quadro social do Colorado, haverão de peticionar no mesmo sentido. E tenho certeza também de que a maioria desta Casa haverá de aprovar o requerimento, que a Mesa encaminhará nos mesmos termos, expediente ao Presidente Heleno Nunes.

Mas, quer me parecer, foge já à esfera política, exatamente, o que V. Exa. critica, que não se adote medida política na escolha do clube; nós estamos quer me parecer, incorrendo num erro, de pressionar politicamente aqueles que têm a incumbência de melhor do que ontem, hoje e no futuro, amanhã, programarem essa disputa que é o maior acontecimento futebolístico do mundo.

Perdoo-me V. Exa. se eu fui impertinente. Mas não podia deixar de externar o meu pensamento.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Deputado Ivo Thomazoni, V. Exa. não foi impertinente. Pecou, no entanto ao dizer que se nós estivermos atribuindo a vitória arenista em Maringá, a promessa da participação do Grêmio no Campeonato Nacional,

como uma diminuição da inteligência do povo daquela terra. V. Exa. peca, porque sabe perfeitamente que a inclusão de um clube da cidade, principalmente do interior, no Campeonato Nacional, divulga a cidade. Demonstra a pujança dessa região e o que nós temos demonstrado. Faz com que todo o Brasil e o exterior saiba de quanto representa, para o Estado e para o Brasil, uma região como a de Maringá.

Portanto, a promessa feita, e os votos recebidos em função desta promessa, não foi por falta de inteligência do eleitor. É que o eleitor pensou que levando à Prefeitura o nome da ARENA, ele teria perfeitamente condições de projetar mais a cidade de Maringá, ao invés disso, nós estamos aqui numa luta renhida, muito pior do que se o Prefeito fosse do nosso Partido. O Sr. Valter Pietrângelo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Parabenizo-me inicialmente com V. Exa. Deputado Antônio Facci, pelo pronunciamento que faz. Mas, Srs. Deputados, eu discordo quando usamos nesta Casa o termo: quarta vaga para o Paraná. Eu tenho a impressão que essa seja a primeira vaga para o Paraná. Porque as outras três vagas não são do Paraná.

Elas já têm proprietários permanentes e perpétuos segundo o que propõe a CBD: uma vaga do Coritiba, uma vaga do Atlético, outra vaga do Londrina. Agora é que surgiu uma vaga para o Paraná.

A tal ponto vai a safadeza, a falta de critério, a interferência deletérica e nociva da política, na Confederação Brasileira de Desportos, que chegamos a esse tipo de raciocínio.

Ora, eu estive na CBD o ano passado, acompanhado pelo Deputado Valber, o ex-Prefeito Sílvio Barros e a Imprensa de Maringá e outras autoridades e o Almirante nos declarou que em 77 o Grêmio estaria no Campeonato Nacional. E que ele já havia definido a situação junto ao Colorado porque seria simplesmente impraticável, em termos econômicos, três times da Capital.

Bem, por outro lado, eu conversei pessoalmente com o Presidente Motta Ribeiro, da Federação Paranaense de Futebol, agora, domingo, em Paranaguá, quando o Grêmio jogou contra o Rio Branco. E eu indaguei do Presidente Motta Ribeiro: — Se as duas vagas eram da Capital; ou eram do Coritiba e do Atlético; o Presidente declarou a mim que não; que as duas vagas eram de Curitiba. Não pertenciam, absolutamente ao Atlético e ao Coritiba.

Ora, Sr. Presidente, então por que não uma disputa que reúna Atlético, Coritiba e Colorado para disputar as duas vagas da Capital? Aí, indaguei ainda do Sr. Motta Ribeiro: — Se a vaga do Norte do Paraná era de propriedade do Londrina, ou era do Norte? O Sr. Presidente me declarou que aquela vaga pertencia ao Norte do Paraná. Então eu disse a ele se ele entendia legítima a luta do Grêmio para ficar com a vaga do Norte? Não, tomar a vaga do Londrina; ele me disse que entendia legítima.

E agora eu leio aqui, na tribuna, o seguinte: — O Sr. Motta Ribeiro declara assim: — “Quando cheguei na CBD, o Presidente Heleno Nunes, debate pronto, perguntou: — Como vai ser o Paraná? Respondi também, sem pensar muito: — Colorado e Grêmio têm que ir a campo, decidir qual é o melhor.

Então este Presidente da Federação é um homem que quer fazer média com todo o mundo; despersonalizado, mentiroso, covarde que conosco estabelece um tipo de linguagem e na Federação vai fazer este jogo sujo para livrar a cara do Ministro Ney Braga, do Sr. Saul Raiz, do Sr. Governador do Estado e outras autoridades arenistas, perante a torcida brava e guerreira do Colorado.

Termino, Deputado Facci, dizendo que o Grêmio não deve aceitar. Que Maringá tem que repudiar esse desrespeito, essa indecência. Indecência para conosco — as autoridades do município — que estivemos na CBD tantas vezes e ouvimos, da CBD, a confirmação de que a quarta vaga seria do Grêmio, por

racionalidade, por mérito, por decisão justa. Maringá, efetivamente, não pode participar dessa comédia.

Acho que se permanecer esse seletivo, o time deve se afastar imediatamente do campeonato. Mas, imediatamente mesmo. É melhor se desfazer um time de futebol com ombridade, com galhardia, com decência, do que se submeter a esse vexame de desrespeito, de indecência, por parte da CBD, de autoridades políticas, e pior ainda, desse Presidente Motta Ribeiro, da Federação Paranaense de Futebol, completamente despersonalizado, acovardado, mentiroso.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Nobre Deputado, V. Exa. está com o tempo esgotado. A Presidência, no entanto, lhe concede um minuto para concluir.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, solicito, regimentalmente, que V. Exa. me conceda mais 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Atendo V. Exa.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Deputado Valter Pietrângelo,

Srs. Deputados, esta já não é uma luta, é uma cobrança desta ou daquela facção política. Porque, nesta Casa, hoje, além de tantas outras vezes na CBD, e aqui nesta Capital, estiveram de manhã, e estão ainda Vereadores dos dois partidos de Maringá, um deles que faço questão de nominar porque aqui fez comentários à resposta do Almirante Heleno Nunes a ele e a outro Vereador de Maringá, é o Vereador Maurício Correa Pinho, da ARENA e o Vereador Tércio de Oliveira que aqui não está. Estão, hoje, os vereadores Kazumi Taguchi, Carlos Alberto de Paula, Noboro Yamamoto e José Maria Bernardelli. Mas, àqueles dois vereadores, o Presidente Heleno Nunes disse, pessoalmente: “não será aumentado o número de clubes, Maringá está fora do Campeonato Nacional. Se aumentar um clube no Campeonato Nacional esse será o Grêmio.”

Ele disse, e eu aqui fiz transferir e fiz constar nos Anais da Casa, que é Presidente da ARENA no Estado do Rio, sou homem que não costumo mentir e não minto. Quando falo cumprio minha palavra”. O que estamos cobrando não é mais nada que a palavra do Presidente da CBD e das promessas feitas na campanha.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Antônio Facci, depois do aparte oferecido pelo Deputado Ivo Thomazoni, pouco sobrou para se falar.

Mas, como V. Exa. pôde notar, em todos os apartes, há correntes que estão lutando para que entre o Colorado, para que entre o Grêmio. No nosso esporte não tem política, é ARENA e MDB dos dois lados, se entendendo, cada um tomando uma posição. Quando se falou em João Paulino, foi muito bem justificado que se o eleitor de Maringá escolheu João Paulino não foi pelas promessas, mas porque conhece e nós sabemos que João Paulino, além de Prefeito, é um fanático desportista, e sempre foi, sempre contribuiu para o esporte de Maringá. E quando contribui, como sempre, se propõe a disputar uma eleição para Prefeito daquela cidade, o povo estava certo que teria um braço forte lutando para conseguir que o Grêmio entrasse no Nacional, e está lutando, ninguém pode negar isto.

Como V. Exa., todos os Deputados de Maringá, inclusive ontem quando se comentava, eu fui o primeiro a dizer também que sou inteiramente favorável a que o Grêmio entre porque é uma região que nós conhecemos e vemos a sua pujança, quando se fala em cifrao.

Mas não é bem o cifrao, é o povo, porque se tem o cifrao é porque tinha gente para assistir o jogo. Nós vimos como estava neste último jogo realizado em Maringá. Então, é uma representação de uma região que quer ver o seu maior time no Nacional.

E por isto estamos lutando.

Agora, não poderemos criticar as correntes que estão lutando para que entre o Colorado porque da mesma forma nós

vamos lutar para que entre o Grêmio. Agora se houve a promessa de Heleno Nunes, é outra coisa. Talvez quando se fez o pedido esta outra corrente que lutava para que o Colorado também ingressasse. Se muniram de mais justificativas e a saída que encontraram foi esta disputa em campo. Eu continuo ainda lutando, uma vez que Curitiba já tem dois no Nacional. Londrina tem também o seu clube no Nacional. É justo, é a vez de Maringá.

Por isto estou com V. Exa. Mas não posso concordar com V. Exa. em querer responsabilizar João Paulino por não conseguiu. Porque tenho certeza, se o Grêmio entrar no Nacional, ele vai dizer que nós conseguimos, não ele. Mas todos juntos, porque ele reconhece o trabalho de todos os Srs. Deputados de Maringá, de todo aquele povo da região que lutaram e que estão prestigiando o Grêmio de Maringá.

Por isto é um trabalho em conjunto, não é ARENA nem MDB. É um trabalho de uma região que precisa ser bem representada.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Eu agradeço o aparte de V. Exa., no entanto afirmo que o que dizem as entrevistas do Prefeito e de seus líderes na Câmara não é isto que V. Exa. afirma. O que diziam eles nos palanques não era isto. Diziam que somente com eles conseguiriam.

No entanto, se a administração emedebista de Sílvia Barros não tivesse construído o Estádio, hoje Maringá não poderia nem pleitear a disputa do Campeonato Nacional.

Portanto, a cobrança é justa e válida. E eu quero cobrar nesta oportunidade de um Sr. Deputado especificamente de Maringá que faça com que o seu Prefeito faça valer o seu prestígio, faça valer os seus cabelos brancos ou os pinte de preto.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Porque a ele, Deputado Jorge Sato, nós creditamos grande parte, grande parte mesmo, da responsabilidade pela vitória de João Paulino.

O Sr. Jorge Sato — V. Exa. me concede um aparte? (Assentimento).

Eu acredito e respeito o ponto de vista externado em relação à nossa luta comum para ingresso do Grêmio no Campeonato Nacional. Mas V. Exa., no meu entender, está cometendo uma injustiça, quando analisou a campanha política recém-finda em que V. Exa. diz que a ARENA foi vitoriosa graças ao compromisso de ingresso do Grêmio no Campeonato Nacional.

Eu gostaria de lembrar V. Exa. de que não foram só os candidatos da ARENA que fizeram este compromisso. Todos os seis candidatos o fizeram em praça pública ou palanque, perante o povo daquela comunidade que nós, com muita honra representamos nesta Casa. Lógico e natural, eu acredito que João Paulino, como um político já, conhecido e reconhecido pela população não só de Maringá, mas de toda a região, porque na gestão anterior dele como Prefeito, de 60 a 64 ele ergueu e fez com que o Grêmio se tornasse realmente o legítimo representante do Norte do Estado no Campeonato Paranaense.

Tanto é verdade, que ele conquistou, o Grêmio Esportivo, na gestão de João Paulino, 61/64, o Tri-Campeonato do Norte e o Bi-Campeonato Paranaense. Porisso mesmo concordo, e sou solidário a V. Exa., quando reivindica conosco, o ingresso do Grêmio, no Nacional. Mas também, não posso deixar de levantar esta questão, quando V. Exa. critica o Sr. João Paulino como o responsável, e que o responsabilizará se o Grêmio não ingressar no Nacional. Porque nós, hoje, Deputado Antônio Facci, estamos deixando de lado o aspecto político. Todos os candidatos fizeram compromissos perante a opinião pública, mas, deixando de lado o passado, a nossa luta continua comum, unida mais do que nunca, reivindicando junto à CBD o ingresso do Grêmio, no Nacional.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — O aparte do nobre Deputado Jorge Sato traz uma clareza a esta Casa, quanto ao posicionamento que nós colocamos aqui, de que, a vitória deste Prefeito foi em função de suas promessas quanto ao ingresso do Grêmio, no Campeonato Nacional. Porque ele afirma que, só na gestão de João Paulino, o Grêmio realmente...

O Sr. Jorge Sato — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO FACCI — No entanto, Sr. Deputado, veja bem: o povo confiou exatamente neste aspecto que V. Exa. disse; como na administração anterior do atual Prefeito, o Grêmio foi sucesso, foi campeão do Paraná, o povo votou nele, entendendo que a presença dele era preponderante para a inclusão, sem nenhuma outra condição, do Grêmio.

Portanto, invalida, o seu aparte, as ponderações do Deputado Ivo Thomazoni e do Deputado Gilberto Carvalho.

Eu agradeço penhoradamente a intervenção de V. Exa., porque ela vem perfeitamente me dar razão.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O Deputado Enéas Faria e eu comentávamos, há pouco, que, se os jogadores do Colorado e do Grêmio se empenhassem da forma pujante como os Deputados maringaenses empenham nesta justa pretensão de participar do Campeonato Nacional, as duas associações de há muito já estariam neste certame.

Mas Deputado, não vou repetir o que já salientei da tribuna. O único aspecto que eu gostaria de enfatizar, é quanto à nossa preocupação da interferência da politicagem na indicação desta, ou daquela agremiação, para o Campeonato Nacional. E com uma certa preocupação, maior ainda, porque, se persistir estas forças de influência, poderemos chegar ao final do Campeonato Nacional, com a indicação do vencedor, por eleição direta, o que será altamente preocupante.

Obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Deputado Maurício Fruet, o comentário de V. Exa. e do Deputado Enéas Faria...

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência adverte V. Exa., que o seu tempo está esgotado. Conceda-lhe entretanto, mais um minuto.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Obrigado.

... não tem nenhuma validade, porque, no Estado de Goiás, o Itumbiara é vice-campeão do Estado, e só não é campeão, por circunstâncias que não cabem aqui comentar; o Anapolino nem se classificou para disputar. O Anapolino não tem estádio em Anápolis, vai ser e foi indicado pela CBD, para disputar o Campeonato Nacional. E o Itumbiara, com estádio para 45.000 pessoas, vice-campeão do Estado, não o está.

Quero deixar claro à Casa, que, a luta do Colorado é plenamente válida. O que não é válido, o que nós não admitimos, é esta falta de respeito para com a região de Maringá, e a falta de cumprimento às promessas feitas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 02, sexta-feira, à hora regimental com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada à requerimento do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, em sessão realizada no dia 01 de setembro de 1977.

“Morre sargento herói que salva menor atacado pelas aranhas.

BRASÍLIA — O 2º sargento do Exército Sílvia Delmar Holenbach, que no último sábado, em atitude heróica, salvou de morte certa o menor Adilson Florêncio da Costa, que estava sendo devorado pelas aranhas no Jardim Zoológico de Brasília, recebendo mais de 100 mordidas dos animais ferozes, faleceu ontem às 5 horas da manhã, na unidade de tratamen-

to intensivo do Hospital das Forças Armadas.

Segundo ocorrência registrada no serviço de emergência, do HFA, o sargento Sílvia, deu entrada naquela unidade às 17h05min., aproximadamente.

A ocorrência narra o acontecido, segundo sua esposa, dizendo que Sílvia estava no Jardim Zoológico com sua família quando notou um "movimento diferente" no local onde ficam as ariranhas. Um garoto estava sendo atacado e ele pulou a cerca de proteção para retirá-lo.

Diz ainda a ocorrência que o paciente — Sílvia — deu entrada no "SE" apresentando sangramento em inúmeros ferimentos corto-contusos. O chefe do Serviço de Emergência, Alfredo Granemann de Moraes cita ainda na ocorrência que "sem muitas palavras gostaria de deixar registrada a admiração que nos causou o gesto do paciente"

Sílvia Delmar Holenbach, nascido a 31 de dezembro de 1943, em Cerro Largo, Rio Grande do Sul. Era filho de Otto Holenbach e Cecília Schneider Holenbach. Sua esposa, Terezinha Martins Holenbach; filhos Sílvia Delmar Holenbach Júnior. Nascido em Porto Alegre, a 14 de maio de 1970; Paulo Henrique Holenbach, nascido em Porto Alegre, a 3 de outubro de 1973 e Débora Cristina Holenbach, nascida em Brasília a 7 de julho de 1976.

O fato mais comentado pelos amigos de Sílvia é a falta de segurança oferecida pelo Jardim Zoológico de Brasília. Consideram que o fato de a criança ter sido peralta, em subir no alambrado e consequentemente ter caído no meio das feras, é irrelevante, já que nas proximidades deveria haver guardas para atender a qualquer eventualidade.

No hospital Santa Lúcia passa bem o menor Adilson Florêncio da Costa, que deveria ter alta ontem, mas que foi retardada pelos médicos que o assistem tendo em vista o perigo de infecção, como aconteceu com o sargento Sílvia.

Os médicos do hospital Santa Lúcia solicitaram ontem mesmo a José Carlos Daher, do HFA, o quadro clínico apresentado pelo sargento, evolução e dados laboratoriais, com o objetivo de examiná-los e formar resistência em caso de agravamento do estado de saúde do menor Adilson.

O garoto Adilson Florêncio da Costa ainda não sabe e nem será cientificado, pelo menos até agora, da morte do sargento Sílvia Holenbach, a quem deve a vida. Adilson só pensa em sair do hospital e oferecer uma festa em sua casa ao seu salvador.

Seus pais, Ademar Florêncio da Costa e Delminda Cassimiro da Costa, estão providenciando uma viagem para fora de Brasília, tão logo Adilson receba alta, com o objetivo de afastá-lo dos comentários do episódio que culminou com a morte do sargento, de quem o garoto não esquece um só momento.

Ademar Florêncio da Costa — pai de Adilson — enviou ao general Otávio Mendes de Oliveira, diretor do Hospital das Forças Armadas, carta datada de 29.08.77, quando o sargento ainda vivia, elogiando e agradecendo a atitude do militar que salvou seu filho. A Direção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, onde Ademar trabalha, também está preparando o texto de uma carta semelhante, que será enviada ao general Otávio Mendes de Oliveira.

— N.R. — **ARIRANHA:** Carnívoro da família dos Mustelídeos, semelhante à lontra. Animal de cor pardo-acinzentada e ventre mais escuro, focinho piloso e cauda achatada em toda a extensão, com quase um metro de comprimento. Habita os grandes rios do Brasil e tem vida diurna. Pele bastante apreciada. Vive em bandos e nada muito bem, mergulha e captura peixes, os quais come em terra. Recebe o nome de onça d'água."

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 659/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o No. 8146, de 22 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria No. 153/77, que designou o funcionário RENATO EUGÊNIO REBELLO SCHAITZA, matrícula No. 600, ocu-

pante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de assessoramento junto ao Gabinete da Liderança do Governo;

II — designar o funcionário acima mencionado, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Erondy Silvério, da Aliança Renovadora Nacional; e,

III — autorizar o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei No. 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 660/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8457, de 29 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria No. 637/76, da funcionária EUMÊNIA DE OLIVEIRA, matrícula No. 469, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 661/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8502, de 30 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar para 12 de setembro de 1977, as férias concedidas pela Portaria No. 637/76, do funcionário EDISON HEIBEL, matrícula No. 242, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 662/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7622, de 04 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a funcionária ISAURA BRAVOS, matrícula No. 471, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 25 de setembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 663/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8469, de 29 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria No. 637/76, do funcionário JOSÉ AFONSO COELHO, matrícula No. 391, ocupante do cargo de nível PL"20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 663/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8469, de 29 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria No. 637/76, do funcionário JOSÉ AFONSO COELHO, matr. No. 391, ocupante do cargo de nível PL"20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1.977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 664/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8471, de 29 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria No. 637/77, da funcionária ANNA CHRISTINA DE SOUZA, matrícula No. 553, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 665/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8470, de 29 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria No. 637/76, da funcionária CLARICE FROIS DE MIRANDA, matr. 547, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 666/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 6191, de 23 de junho de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário ALZEMIRO ARTIGAS, matrícula No. 381, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista, do Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 667/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8588, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria No. 432/76, que autorizou a prestar serviço extraordinário, LUIZ FELTRIN, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 668/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o No. 8585, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários abaixo relacionados, para prestarem serviços, junto a Comissão Especial do II Simpósio da Soja, sem prejuízos de suas atribuições:

EDOUARD ELIAS THOMÉ — Mat. 024

ANNIBAL DUMONT — Assessor 3-C

RAFAEL DE LALA SOBRINHO — Mat. 602

ANTÔNIO MASSUCHETTO — Mat. 325

ROGÉRIO FABIANO NEVES DA CRUZ — Mat. 171

MARIA LEONILDA ROCHA — Mat. 427

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 588/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7223, de 28 de julho de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARIO AUGUSTO GUERRA, matr. No. 170, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, cinco (05) meses e dez (10) dias, compreendido entre 01 de fevereiro de 1.961 a 01 de julho de 1.962, em que prestou serviço militar obrigatório, conforme documentação anexa;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei No. 6174, de 16 de novembro de 1.970, ao seu acervo de serviço público, do tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 31 de janeiro de 1.963 e igual data de 1.973; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei No. 6174, a partir de 21 de agosto de 1.975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1.977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 589/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os Nos. 7769 e 7155/77, de 10 de agosto e 26 de julho de 1.977, respectivamente, deste Poder,

RESOLVE:

I — tornar sem efeito, "ex-offício", o Decreto Legislativo No. 396/75, de 12 de junho de 1.975, que mandou contar, novamente, por equívoco, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei No. 6174, de 16 de novembro de 197-, em favor de CENIRA DOS SANTOS FREITAS, ocupante na oportunidade, do cargo de nível PL"14", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, hoje matrícula No. 194, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente

ao dobro das férias relativas ao ano de 1.974, eis que já haviam sido contadas através do Decreto Legislativo No. 568/74, de 18 de dezembro de 1.974.

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, os termos do Art. 150, da Lei No. 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2o., da Lei No. 6742, de 03 de dezembro de 1.975, do tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.975, que deixou de gozar;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei No. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1.963 e 07 de janeiro de 1.973.

IV — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo Art. 248, da mesma Lei No. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude do seu não afastamento do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1.973 e 07 de julho de 1.976, data antecipada em virtude da incorporação do seu primeiro decênio, e das férias referentes aos anos de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,

V — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei No. 6174, a partir de 07 de julho de 1.976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1.977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 590/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7861, de 11 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário LÁZARO DA SILVA, matrícula No. 521, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança do MDB, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 20 de julho de 1.977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1.977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 591/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7592, de 04 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

I — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre os vencimentos de NORBERTO HUSCH, matrícula No. 520, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 170, da Lei No. 6174, de 16 de novembro de 1.970, a partir de 18 de julho de 1.977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei No. 6174, ao seu acervo de serviço público o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre

18 de setembro de 1.973 e 18 de julho de 1.977, antecipado em razão da incorporação do segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1.973, 1.974, 1.975 e 1.976, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1.977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 592/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 6410, de 30 de junho de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei No. 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2o., da Lei No. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JONAS ZAMPIER, matrícula No. 339, ocupante do cargo de nível PL"21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1.976, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 19 de janeiro de 1.970 e 19 de setembro de 1.973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 1.971 e 1.972, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei, a partir de 20 de julho de 1.977, data em que, em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes ao ano de 1.976, contadas em dobro, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1.977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 593/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7342, de 01 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a MARIA STELLA MADER DO AMARAL GURGEL, matrícula No. 105, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 30 de julho de 1.977, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei No. 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 594/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 6489, de 01 de julho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre os vencimentos de LINDAMIR DOS SANTOS, matrícula número 536, ocupante do cargo de nível PL"21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970, a partir de 01 de julho de 1.975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento;

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Artigo 150, da Lei número 6174, com nova redação dada pelo Artigo segundo, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1.975, do tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1.976, que deixou de gozar; e,

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo

com o Artigo 248, da mesma Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 01 de fevereiro de 1.972 e 01 de julho de 1.975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes aos anos de 1.966, 1.972 (15) dias, 1973 e 1.974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1.977

IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2o. Secretário